

O STATUS DA IMAGEM VISUAL NA ANÁLISE ARQUEOLÓGICA DO DISCURSO

THE STATUS OF THE VISUAL IMAGE IN ARCHAEOLOGICAL DISCOURSE ANALYSIS

Alberto José Ferreira de Lima¹

Edna Gusmão de Góes Brennand²

Resumo

Vivemos em um mundo da imagem visual. Nesse sentido, ao ser erigida como objeto de nossa curiosidade, a imagem visual passou a ser analisada por meio de diferentes abordagens metodológicas em campos distintos do saber. As pesquisas foucaultianas de cunho analítico-arqueológicas possuem a linguagem como terreno de escavação. No entanto, seu interesse específico se encontra em investigar e conhecer como se organiza e funciona uma camada singular desse lugar, que é, precisamente, o território arqueológico do discurso como acontecimento enunciativo. O presente texto tem como foco investigativo refletir sobre a possibilidade de uso da imagem visual como objeto de estudo no domínio da educação, no geral, e dos Estudos Culturais da Educação, em especial, usando como alternativa teórico-metodológica a Análise Arqueológica do Discurso. Traz para a cena do debate metodológico questões fundamentais de interesse para os pesquisadores da área de educação que trabalham com a pesquisa qualitativa, sobretudo no campo dos Estudos Culturais. A Análise Arqueológica do Discurso não só proporciona uma opção metodológica para o objeto imagem visual como também uma Teoria do Discurso.

Palavras-chave: Arqueologia do saber. Análise do discurso. Imagem visual.

Abstract

We live in a world of visual images. In this sense, when it was established as an object of our curiosity, the visual image began to be analyzed through different methodological approaches in different fields of knowledge. Foucaultian research of an analytical-archaeological nature uses language as an excavation site. However, its specific interest lies in investigating and understanding how a singular layer of this place is organized and functions, which is precisely the archaeological territory of discourse as an enunciative event. The present text has as its investigative focus the reflection on the possibility of using the visual image as an object of study in the field of education, in general, and in Cultural Studies of Education, in particular, using Archaeological Discourse Analysis as a theoretical-methodological alternative.

1 Professor do Centro Universitário FAVENI (UNIFAVENI), Guarulhos, SP, Brasil. Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: albertojfl@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2639-7723>

2 Professora Titular da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, PB, Brasil. Doutora em Sociologia pela Université Paris I Panthéon Sorbonne, França. Pós-Doutorado na Université Catholique de Louvain, Bélgica; Universidade de Valência, Espanha; Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal. E-mail: ednabrennand@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7471-3343>

It brings to the stage of the methodological debate fundamental questions of interest to researchers in the field of education who work with qualitative research, especially in the field of Cultural Studies. Archaeological Discourse Analysis not only provides a methodological option for the object of visual image but also a Theory of Discourse.

Keywords: Archaeology of knowledge. Discourse analysis. Visual image.

Introdução

Vivemos em um mundo cercado e, por que não dizer, bombardeado de imagens (Barthes, 2005; Manghani; Piper; Simons, 2006). Sua onipresença é uma das características marcantes das sociedades contemporâneas. Ao integrar cada momento de nosso cotidiano, as imagens configuram a sociedade e a cultura na qual vivemos, de modo que desempenham um papel irrefutável. Ao mesmo tempo, elas substituíram as palavras como o aspecto definidor da identidade cultural e tornaram-se parte da cultura global.

Em particular, ao erigir a imagem visual como objeto de nossa curiosidade, seja no que tange ao conhecimento da especificidade dos modos de existência e funcionamento desse artefato, seja no que diz respeito a seus possíveis efeitos e implicações no jogo das relações sociais vigentes, percebe-se a importância de uma reflexão teórico-metodológica de como torná-la objeto de estudo de pesquisas na área da educação conduzidas com a abordagem teórico-metodológica Análise Arqueológica do Discurso, proposta pelo filósofo, sociólogo e historiador francês Paul Michel Foucault.

As pesquisas foucaultianas de cunho analítico-arqueológicas possuem a linguagem como terreno de escavação. No entanto, seu interesse específico se encontra em investigar e conhecer como se organiza e funciona uma camada singular desse lugar, que é, precisamente, o território arqueológico do discurso como acontecimento enunciativo.

Partindo dessa premissa, este artigo tem como objetivo compreender as possibilidades de uso da imagem visual como objeto de estudo de pesquisas conduzidas com a Análise Arqueológica do Discurso na área de educação. Emerge de estudos realizados no âmbito dos Estudos Culturais da Educação.

A Análise Arqueológica do Discurso e seus Pressupostos

Originada na década de 1960, a Análise do Discurso (AD) é uma abordagem metodológica que possui como objeto de estudo a

língua em função de sentido. Ela possibilita uma análise enraizada e geralmente crítica da inserção da linguagem escrita, falada ou gestual na sociedade. Alternadamente no tempo, a AD deu origem a diferentes perspectivas (Análise Sociolinguística, Estruturalismo Interpretativo, Análise Linguística Crítica e Análise Crítica do Discurso) que, apesar de suas incongruências, compartilham a premissa-chave sobre como a linguagem deve ser entendida. De forma mais específica, a AD toma como ponto de partida a reivindicação da filosofia linguística estruturalista e pós-estruturalista de que o acesso à realidade se dá sempre por meio da linguagem, visto que o ser humano é um ser discursivo, criado ele mesmo pela linguagem.

Para Sawyer (2002), Michael Foucault, um dos mais influentes pensadores franceses contemporâneos, é um dos autores mais citados em estudos sobre a AD, mesmo em lugares em que o próprio Foucault não se colocaria. Ele é tipicamente associado aos movimentos estruturalistas e pós-estruturalistas. Por certo, ao examinar as estruturas do conhecimento, Foucault foi considerado um estruturalista; e mais tarde, quando deslocou sua análise para os sujeitos do discurso e questionou como e por que o discurso poderia governar a maneira como as pessoas pensam e se comportam, foi declarado um pós-estruturalista.

Em Foucault, a linguagem torna-se um conceito filosófico importante. A partir do pensamento moderno, ele passa a considerá-la como elemento estruturador da relação do homem com o real (Azevedo, 2013). Interessado na construção do conhecimento e do poder por meio do discurso, Foucault acreditava que, por razões específicas, o discurso é criado por quem está no poder e é frequentemente usado como uma forma de controle social.

Enquanto complexo social mediador do saber e das relações intersubjetivas, a linguagem é estudada por diferentes domínios do conhecimento. Para os três domínios de que se ocupou Foucault, três diferentes expressões foram empregadas para se referir a algo como um método de abordagem: arqueologia, genealogia e ética. Esses domínios caracterizam as três fases da filosofia de Foucault. O foco deste texto está na primeira fase, em que o sujeito é compreendido como algo produzido por diferentes tipos de saberes. A segunda e a terceira fase não fazem parte do escopo deste estudo.

A fase arqueológica do saber de Foucault inaugura sua ruptura com a tradição filosófica, uma tradição de dualidade entre linguagem e discurso. Para ele, a palavra arqueologia remete ao procedimento de escavar verticalmente as camadas descontínuas dos discursos pronunciados sem, no entanto, procurar depreender as estruturas universais presentes

em qualquer saber ou em qualquer ação moral. Desse modo, a inclusão do termo “arqueológica” na expressão designativa desta abordagem metodológica explicita um modo específico de entender e praticar a investigação e, conseqüentemente, de produzir, organizar e apresentar os achados resultantes da pesquisa.

De acordo com Veiga-Neto (1995), Foucault, em duas de suas obras seminais, “As palavras e as coisas” e “A arqueologia do saber”, faz uso do método de investigação denominado Análise Arqueológica do Discurso (AAD) para analisar os sistemas de procedimentos ordenados que têm por fim produzir, distribuir, fazer circular e regular enunciados e “se ocupa em isolar o nível das práticas discursivas e formular as regras de produção e transformação dessas práticas” (Davidson, 1992 citado por Veiga-Neto, 1995, p. 20). A AAD pode ser descrita como uma análise do discurso linguístico social porque se baseia em um pensamento fortemente construtivista, concentra-se mais em contextos proximais e não está tão interessada nas relações de poder.

O que está em pauta na AAD é a articulação acerca do que pensamos, dizemos e fazemos caracterizando determinado período, visto que os acontecimentos discursivos são acontecimentos históricos. O procedimento arqueológico caracteriza o domínio do “ser-saber”. Um saber, por sua vez, é aquilo que podemos falar em uma prática discursiva, é o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupam seus discursos. É também o campo dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam (Azevedo, 2013). Com efeito, embora seja uma abordagem situada no nível da linguagem, a AAD não busca a análise da linguagem em sua totalidade. Ela busca um nível particular de análise da linguagem, ou seja, o nível enunciativo.

Desse modo, arqueologicamente falando, pode-se dizer que a linguagem é abordada de um modo singular por Foucault. Para ele, as estruturas profundas da vida e da cultura humana são explicáveis em relação à estrutura da linguagem. No que se refere à natureza da linguagem, Foucault (1999), em *As palavras e as coisas*, afirma que o signo é o ser da linguagem. Assim, ao formular uma definição de linguagem, poderíamos dizer que ela é um complexo sistema cultural de significação e de comunicação constituído pelo signo que, genericamente, é tudo que nos remete a uma coisa qualquer, seja ela existente ou imaginária. Isto é, a linguagem é criação de signos, criação de conteúdo e expressão ao mesmo tempo. Dito claramente por Palomo (2001, p. 12), a linguagem “é um sistema de todas as possibilidades de significação”.

Quanto ao signo, por ser formado de três constituintes ontológicos, possui uma composição tricotômica, a saber: significante, significado e referente. O significante diz respeito às marcas gráficas, ao som, às formas, texturas, dimensões e configurações visuais. Ele é sempre algo sensível, isto é, afeito ao mundo da sensação. Por isso, algo que se pode ver, ouvir, cheirar, tocar ou degustar. O significado, por seu turno, consiste nas ideias que estão associadas aos significantes e à referência e se relaciona com as coisas sobre as quais se escreve, diz ou se mostra. Ele é subjetivo, ou seja, constituído de ideias, sentidos, convicções, valores, desejos, visões de mundo etc., compartilhados socialmente. Já o referente, é aquilo que o par significante-significado representa: pensamento, pessoas, coisas, acontecimentos, situações, personagens, mitos, lendas, ilusões, crenças etc. (Alcantara; Carlos, 2013; Carlos, 2017).

Foucault (2008) diz que, como signo, a linguagem remete os indivíduos ao exterior dela. O signo, portador de significante e de referência, que são seus elementos empíricos, refere-se a algo que não é ele mesmo, daí seu caráter abstrato. O significado dos signos não está nos próprios signos nem nos objetos a que se referem, mas nos conceitos ou imagens formuladas na mente das pessoas. Portanto, podemos dizer que o signo é algo que se põe no lugar do outro, e cujo ser seria um tipo que não é o que anuncia, refere-se, lembra, representa. A possibilidade de algo não ser a coisa à qual se refere, mas de lembrá-la faz dele signo. O signo é sempre signo de algo, que não é nem pode ser signo de si, e cuja existência depende de outra coisa, sem a qual ele não existiria, não teria condição de aparecer como signo. Enfim, anunciar algo é um modo de ser próprio do signo. Logo, a separação ou eliminação de um só elemento do signo geraria a impossibilidade de sua existência.

Apresentada como uma metodologia viável para a pesquisa educacional por Alcantara e Carlos (2013), a Arqueologia foucaultiana assenta-se em um modo específico de análise e em um conjunto distinto de conceitos centrais, de certo modo, pouco familiares na historiografia, mesmo de nossos dias. Nela, discurso, enunciado, prática discursiva, formação discursiva, função enunciativa, sujeito, objeto, domínio e campo associado são conceitos definidos e defendidos de modo específico e singular que, amparados na tríade sógnica (significado, significante e referência), a difere de outras abordagens linguísticas de análise do discurso.

Na arqueologia do saber não há nada fragmentado, solto, vazio. Ao contrário de outras ciências humanas contemporâneas, a AAD não está ligada a uma disciplina específica. Ela funciona no espaço entre disciplinas, expondo suas limitações e desafiando suas exclusões. Portanto,

como um procedimento metodológico da produção do conhecimento, operando com outras ferramentas analíticas que permeiam a sistematização do conhecimento, uma vez que numa perspectiva triádica se analisa, descreve e explicita o conhecimento erigido do saber escavado, Melo (2019) compreende a arqueologia do saber como uma Teoria da Análise do Discurso (TAD). Aqui é importante destacar que Foucault nunca afirmou que a AAD seria uma teoria, pois ele não estava preocupado em fundar uma teoria, mas em estabelecer uma possibilidade. Entretanto, as características próprias que corroboram com os procedimentos de operar a AAD apresentam um caráter teórico que nos possibilita afirmar que a arqueologia foucautiana é uma TAD.

Ao longo dos últimos 50 anos, o termo “discurso” se espalhou, de forma difusa, tanto pelas ciências sociais como pelas humanas. Atualmente, há uma visão compartilhada de que o uso atual do termo “discurso” pode ser atribuído a Foucault; contudo, como bem pontua Sawyer (2002), esse não é o caso. O autor apresenta uma história intelectual que explica a origem do termo – na teoria francesa e britânica dos anos 1960 e 1970.

Em sua fase arqueológica, Foucault se deparou com o discurso como uma espécie de artefato da linguagem. Com sua crítica ao formalismo abstrato no estruturalismo clássico, ele abriu caminho para uma pragmática do discurso-enunciativo: os discursos não realizam um conjunto subjacente de regras gramaticais. Ao contrário, eles possuem um suporte histórico e institucional, que permite ou proíbe sua realização.

O discurso é definido de diferentes maneiras, dependendo da área de pesquisa ou da orientação teórica do pesquisador. Ele é usado em diferentes disciplinas, de formas variadas, com uma diversidade de conteúdo ou significados e, consequentemente, com formas de análise distintas (Sawyer, 2002; Phillips; Hardy, 2002). Por exemplo, na

Teoria pós-colonial: o discurso é um sistema de dominação (...)
Antropologia: o discurso é uma cultura ou ideologia (...)
Sociolinguística: o discurso é um estilo ou registro da fala (...)
ou prática corporal (...)
Teoria feminista: o discurso é um tipo de sujeito (Sawyer, 2002, p. 434, tradução nossa).

Todavia, no seio do domínio da AAD, o discurso tem significado singular. Foucault usa o termo “discurso” de acordo com o uso padrão do termo na década de 1930, em que “o discurso se refere a uma unidade de linguagem maior que uma frase, e a análise do discurso é o estudo dessas sequências de frases” (Sawyer, 2002, p. 434, tradução nossa). A

definição de discurso de Foucault é técnica e, portanto, limita o significado do termo. É sobre texto e análise de texto. Em seu capítulo sobre o enunciado, um conceito central de sua definição de discurso, ele enfatiza seu uso ambivalente do termo “discurso” nos primeiros capítulos de seu livro *A Arqueologia do Saber* e define o significado de seu uso do termo da seguinte forma: “o discurso é constituído por um grupo de sequências de signos, na medida em que são enunciados, isto é, na medida em que podem ser atribuídas modalidades particulares de existência” (Foucault, 1972, p. 107, tradução nossa).

Portanto, o discurso é uma atividade, uma prática que pode ser iniciada por um único autor ou pessoa. Segundo Foucault (1972, p. 117, tradução nossa) o discurso é “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva [...]”; ele é constituído de um número limitado de enunciados, para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência”; além de ser, do início ao fim, “histórico – um fragmento de história [...] que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade” (Foucault, 1972, p. 117, tradução nossa).

Com efeito, ainda conforme Foucault (1972), tudo o que for possível ser descrito em conjunto, seja uma série de enunciados, um sistema de dispersão, objetos, conceitos (mesmo que sejam conflitantes entre si), temáticas; desde que seja possível definir uma regularidade, pode ser denominado de formação discursiva. Para elucidar, acreditamos que as próprias palavras de Foucault (1972, p. 38, tradução nossa, o grifo é do autor) sejam reveladoras:

Sempre que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, tal sistema de dispersão, e sempre que, entre objetos, tipos de enunciação, conceitos ou escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva.

A formação discursiva, no sentido de Foucault, possui quatro características indispensáveis: 1) trata-se de afirmações que se referem ao mesmo objeto; 2) são enunciadas da mesma maneira; 3) compartilham um sistema comum de conceitualizações; e 4) têm assuntos ou teorias semelhantes.

Nestes termos, a proposta de Foucault vai na direção de buscar as regularidades que existem por trás da dispersão de elementos, que

são resultado de um processo de formação discursiva. Uma determinada formação discursiva transita sob os mais variados campos e níveis, visando constituir seu objeto específico. Desse modo, o objetivo subsequente da análise foucaultiana é desvendar o funcionamento das regras de formação de cada formação discursiva em particular, buscando a regularidade em meio a dispersão.

Outro elemento fundamental em Foucault arqueológico é a compreensão de que o discurso é uma prática que constrói seu sentido nas relações e nos enunciados em pleno funcionamento. Nesse sentido, Foucault (1972, p. 117, tradução nossa) define essa prática discursiva como um “conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”. Ou seja, é a relação do discurso com os níveis materiais de determinada realidade.

Estabelecido como um regime de prática, os discursos são analisados a partir dos documentos, entendidos como monumentos. A leitura arqueológica procede então a delimitação das regras de formação dos objetos, das modalidades enunciativas, dos conceitos, dos termos e das teorias com o objetivo de estabelecer o tipo de positividade que os caracteriza. Essa positividade é a de um saber, não de uma ciência. Os saberes são, em muitos momentos, independentes das ciências, já que encontram suas regras de formação nos mais variados campos discursivos. Todavia, como bem pontua Machado (1982, p. 154), “todas as ciências se localizam em campos do saber”.

As pesquisas de cunho arqueológico, por outro lado, deslocam o foco do eixo de domínio da série linguagem-conhecimento, para o território arqueológico da série linguagem-saber. Nesse lugar se encontram os inúmeros sítios arqueológicos do discurso. É na escavação desses territórios de saberes que é possível encontrar os artefatos enunciativos, a exemplo das ordens de discurso, das práticas discursivas, dos arquivos, das formações discursivas e das positividades (Alcantara; Carlos, 2013). Para Foucault (2008, p. 213), “o que a arqueologia tenta descrever não é a ciência em sua estrutura específica, mas o domínio, bem diferente, do saber”. Portanto, seja qual for o modo de existência do saber (epistêmico, estético, poético, místico, vivencial, etc.), sempre se apresentará discursivamente. Em outros termos, saber e discurso são maneiras distintas de dizer o mesmo. Por isso, o título do livro seminal de Foucault “Arqueologia do saber”, poderia ter sido “Arqueologia do discurso”.

A emergência do discurso-enunciado encontra-se no bojo da dissolução e da implosão do signo. Isso criou a possibilidade de a literatura aparecer e desatou e soltou um elemento presente na composição arbitrária da unidade do signo. Ou seja, aqui nos reportamos ao componente da relação, responsável não somente pela combinação e pela tessitura da disposição triádica dos elementos, da centralidade de cada vértice existente em relação uns aos outros e da constituição de diversos pares sógnicos, como também do enunciado.

O centro de articulação da relação seria ela própria, como anunciou Foucault (2008. p. 100), na mencionada passagem que identifica o enunciado como “uma relação específica que se refira a ela mesma – e não, a sua causa, nem a seus elementos”. Note-se que, ao dispensar os elementos do signo de sua causa e reconhecer a “relação” como aquilo que faz com que uma série determinada de signos exista como enunciado, o discurso-enunciado não deixa de ter um objeto ao qual se referir, mas o mesmo objeto do signo. O enunciado é signo, ou seja, algo que se põe no lugar de outra coisa que não é ela mesma. Com efeito, diferentemente do signo, o objeto do enunciado é um complexo de relações postas em funcionamento, e, por consequência, autorreferente, ou seja, é enunciado de si. Em outros termos, o que o enunciado menciona, nomeia e faz lembrar constitui-se da mesma coisa que ele é: relações de relações. O enunciado é uma dobra de si, não é algo posto no lugar de outra coisa distinta dele. Ele se põe e põe a si mesmo como objeto (Alcantara; Carlos, 2013).

Como visto, ocupando-se da camada arqueológica do terreno da linguagem, lugar onde o signo é posto para funcionar a partir de um complexo de relações de natureza enunciativa, Foucault (2008) descreve o discurso como enunciado e, este, como um complexo de relações específicas, característico de uma função. Dessa forma, alguns aspectos da existência do enunciado dizem respeito ao seu reconhecimento como função, a constituição dos sujeitos e aos campos de domínio (Alcantara; Carlos, 2013). Para Foucault (2008), as menores unidades constitutivas do discurso são os enunciados. O enunciado é signo, ou seja, algo que se põe no lugar de outra coisa que não é ela mesma. Os enunciados não prescindem de sua materialidade. Eles circulam nos textos, nas falas, nos livros, entre autores e campos de saberes. Desse modo, é nesse lugar que se encontram os inúmeros sítios arqueológicos do discurso. É na escavação desses territórios de saberes que é possível encontrar os artefatos enunciativos. Como se vê, embora o discurso-enunciado esteja implicado à existência do signo, pelo fato de o aparecimento do primeiro não poder acontecer sem o segundo, eles são distintos.

Embora a AAD seja uma abordagem situada no nível da linguagem, não se busca a análise da linguagem em sua totalidade. Ela busca um nível particular de análise da linguagem, isto é, o nível enunciativo. Assim, o propósito da AAD é descrever enunciados. O que Foucault está interessado em estudar “arqueologicamente” são as regras que determinam quais enunciados, em uma época histórica específica, são aceitos como significativos e verdadeiros. Essa perspectiva teórico-metodológica de pesquisa busca as relações que se situam no nível do enunciado, visando compreender as regras que mobilizam as séries de signos, formando determinado modo de se dizer algo. O que nos remete ao fato de que o enunciado se configura como a unidade da investigação, como o objeto, por excelência, da AAD.

Pelo exposto, pode-se dizer que em Foucault arqueológico houve um deslocamento do signo, tradicionalmente linguístico e semiótico, para o discursivo-enunciativo. Esse giro arqueológico é fundamental para se entender a abordagem da análise arqueológica como uma Teoria do Discurso.

Possibilidade de Investigação Analítico-Arqueológica sobre a Imagem Visual

As imagens, de alguma forma, sempre estiveram presentes na vida cotidiana das pessoas. Elas desempenharam, de forma contínua, um papel fundamental no ordenamento social, desde as pinturas rupestres de Lascaux, Chauvet e Altamira, até os afrescos pedagógicos nas igrejas medievais e a iconografia dos regimes militares. Ao passo que apresentam uma reflexão histórica sobre o significado das imagens na e para as sociedades anteriores, Manghani, Piper e Simons (2006) afirmam que a cultura contemporânea é mais predominantemente uma cultura da imagem do que outras culturas anteriores. De modo semelhante, Barthes (2005) afirma que o mundo atual está imerso em uma civilização da imagem. Isso se justifica, em parte, como bem pontua Barthes (2005), pelo fato de que a sua difusão pertence ao mundo moderno.

Desse modo, a difusão da imagem é um produto da sociedade tecnológica, na qual a imagem dissemina-se de modo incontrolado. Ou seja, as imagens parecem ser uma característica proeminente da vida contemporânea; tudo parece ser ou ter uma imagem. Sua ubiquidade, nesse tempo específico da história presente, aparenta habitar todas as partes de nossas vidas, ao ponto de nossos olhos serem bombardeados

por imagens, em geral, e imagens visuais, em particular. Trata-se de uma visualidade concreta, cotidiana e heterogênea tão intensa e diversa que Barthes (2013), em seu livro seminal “The language of fashion”, não hesitou em afirmar que vivemos em uma civilização puramente imagética. Para ele, nossa civilização é uma civilização da palavra escrita, tanto quanto é uma da imagem.

Nessa esteira, também não podemos negar que as pessoas, pelo ao menos no mundo moderno, vivem cada vez mais imersas em uma cultura impregnada pelo visual, pela diversidade de seus gêneros, pela dispersão, pela capilaridade de seus usos e sentidos e pelas especificidades de seus modos de existência e de suas funções estratégicas. Na expressão “imagem visual”, o termo “visual” se refere à imagem vista, cuja sensação e percepção só são possíveis com a apreensão e a captura operada por meio do olho e da visão. Com efeito, o visual se refere tão somente às representações que se podem ver. Assim, partindo desse princípio, Carlos (2017, p. 554) diz que a imagem visual é, portanto, uma forma de expressar efetivamente a

representação de algo que existe no imaginário de um indivíduo singular ou no imaginário compartilhado por um grupo ou sociedade determinada, ou, ainda, de algo que, de fato, existe na objetividade concreta do mundo natural ou cultural.

Isso significa dizer, em primeiro lugar, que a imagem visual é uma evidência exemplar da diferença ontológica entre o ser humano e as outras espécies. Em segundo lugar, que a imagem visual, como uma espécie de artefato cultural singular contribui, a seu modo, para o registro e a comunicação da memória individual e coletiva da situação de pessoas e grupos sociais. E, em terceiro lugar, que a imagem visual foi um fator decisivo no desenvolvimento humano, ou seja, ao ser produzida, ao ser aprendida e ao ser utilizada, propiciou, direta ou indiretamente, a feitura do próprio homem, tanto no que tange à formação de seu pensamento e sentimento, quanto ao modo coletivo de conceber, representar, significar, viver e se relacionar com os outros socialmente (Carlos, 2018).

Invocando o significado do termo “cultura”, registrado por Raymond Williams, em “Keywords: a vocabulary of culture and society” (1985), entendemos que o termo “visual”, assim como cultura, representa um modo particular de vida de uma sociedade, mais especificamente, a sociedade contemporânea imersa em uma cultura visual. Por sua vez, a expressão

cultura visual delimita e recorta a cultura geral e restringe-se ao complexo cultural constituído pelo universo de diversas e diferentes visualidades, entre elas, a região específica das imagens propriamente ditas, visuais. Segundo Crimp (1998-99), a cultura visual é o objeto de estudo nos estudos visuais, uma área mais estreita dos Estudos Culturais. Na perspectiva dos Estudos Culturais, ressaltamos a presença dos artefatos visuais, propriamente ditos, como constituintes, não somente da cultura em geral, mas dos objetos de interesse dos Estudos Culturais.

Nesse diapasão, em uma sociedade supersaturada de imagens visuais, seu uso e apropriação são produções culturais dessa mesma sociedade. A esse respeito Carlos (2017, p. 553) pontua que “a cultura visual é a expressão da capacidade humana de reinventar e transformar a própria cultura produzida, de gerar, em seu próprio seio, saltos qualitativos na produção da existência”. Para ele, a especificidade visual da cultura consiste, precisamente, no fato de que as ideias e as coisas não são só ditas e escritas, mas também vistas. Assim, o adjetivo visual pode ser pensado como um marcador cultural, pois engloba os artefatos e os sistemas de significação e comunicação que demarcam, mais claramente, o modo de vida contemporâneo.

Pelo exposto, tornou-se lugar comum dizer que, assim como o discurso, a imagem visual integra a paisagem cultural da sociedade contemporânea. Nesse sentido, surgiu a necessidade de erigir a imagem visual como objeto de nossa curiosidade epistemológica. Pois bem, no âmbito da pesquisa social, pode-se dizer que a imagem visual, enquanto artefato da cultura visual, passou a ser cada vez mais adotada como objeto de investigação.

Para se debruçar sobre esse objeto de pesquisa, o pesquisador dispõe de uma diversidade de pressupostos teórico-metodológicos, a exemplo da AAD. Conforme demonstrado por Alcantara (2016), a singularidade da AAD possibilita a emergência de objetos de estudo ignorados por investigações fundamentadas em outras abordagens teórico-metodológicas. A mesma autora, apresenta em seu artigo algumas produções do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos: políticas, práticas e discursos no cenário brasileiro (GEPEJA), desenvolvidas no terreno da linguagem, que tomam como objeto de estudo o discurso e a imagem visual e como abordagem teórico-metodológica a AAD.

Como visto, essa ambiciosa metodologia de pesquisa parte do pressuposto de que o terreno de sua escavação é a linguagem que, sendo um complexo sociocultural particular constituído e constituinte da cultura, é um terreno fértil do aparecimento e da constituição da função representativa.

Desse modo, estando o objeto de escavação no domínio da AAD situado em um território específico da linguagem, o discurso-enunciado, cabe perguntar: o que possibilita tornar a imagem visual objeto de análise da arqueologia foucaultiana?

Embora o discurso e a imagem visual sejam feitos de linguagem, isto é, sejam constituídos necessariamente de e por signos, há uma diferença profunda no modo de existência de um e do outro. O discurso, enquanto enunciado, e a imagem visual, enquanto algo que se apreende pela visão, são distintos, sobretudo, por conta de que o discurso-enunciado não é empiricamente apreendido e entendido. A imagem visual, sim. Por ser empírica, ela requer necessariamente essa via de apreensão, que passa pela sensação, visão e olho. Diferentemente do discurso-enunciado, o qual requer análise e descrição para serem explicitados e entendidos.

Por conseguinte, ao se falar de objetos discursivo-enunciativos e imagético-visuais, estamos falando de dois tipos de objetos distintos por sua própria natureza e constituição: um abstrato e inteligível; outro, concreto e empírico. Um geral; outro, particular. De fato, em certa medida, as coisas ditas sobre a imagem visual podem ser de caráter abstrato, genérico e inteligível ou de caráter concreto, particular e empírico. No primeiro caso, estamos diante de dizeres enunciativos; no segundo, de dizeres imagético-visuais. Ambos são artefatos culturais, ambos são feitos, em última instância, de signos. Mas não se identificam.

Conforme Dondis (2007, p. 4), a imagem visual é a expressão da representação de algo concreto que “possui elementos individuais como: a cor, o tom, a linha, a textura e a proporção”. Essa apropriação particular da imagem revela o seu modo de existência que pode ser acessado por meio da experiência do ato de ver que é um dos elementos constitutivo da sensação pelo qual se pode apreender e entender a realidade concreta. Destarte, podemos falar da imagem visual considerando esses elementos anteriormente citados em seu modo concreto. Ainda de acordo com Dondis (2007, p. 3), “o modo visual constitui todo um corpo de dados que, como a linguagem, podem ser usados para compor e compreender mensagens”. Nesse sentido, se analisada discursivamente e do ponto de vista arqueológico, as coisas ditas sobre a imagem podem ter caráter abstrato, pois se encontrariam no nível da função enunciativa.

Pelo exposto, conclui-se que as pesquisas na área da educação e dos Estudos Culturais da Educação, conduzidas com a AAD e que tratam, em certo sentido, de artefatos visuais, a exemplo da imagem visual, possuem como objeto de pesquisa, de fato, os dizeres enunciativos sobre esses artefatos. Ou seja, seus objetos de estudos não são os artefatos

visuais, mas os discursivos. Como se vê, no cenário contemporâneo a imagem visual possui um papel de destaque. Contudo, quando é edificada ao status de objeto de reflexão epistemológica por meio da AAD, ela atua como coadjuvante, pois o foco da AAD está no discurso sobre a imagem visual.

Considerações Finais

Este estudo focou-se nas possibilidades epistêmicas de investigações analítico-arqueológicas sobre a imagem visual como objeto de pesquisa para a área de educação e dos Estudos Culturais da Educação. Assim, mostramos que o objeto de escavação no domínio da AAD situa-se em um território específico da linguagem, o discurso.

Foucault se deparou com o discurso como uma espécie de artefato da linguagem. Tal constatação indica que o complexo de relações do discurso-enunciado se põe, organiza-se e funciona a partir de um *modus operandi* para além da inteligibilidade tricotômica do signo. Ocupando-se da camada arqueológica do terreno da linguagem, Foucault descreve o discurso como enunciado, e este, como um complexo de relações específicas, característico de uma função. Em outras palavras, o discurso é uma série de enunciados, apoiados em uma mesma formação discursiva. Mais especificamente, é o enunciado o segmento da zona discursiva da linguagem que caracteriza o lugar do interesse da AAD. Desse modo, o ser da linguagem é o signo, que por sua vez é condição de existência do discurso. O ser do discurso é o enunciado, que não é signo, mas uma função. Em suma, o entendimento arqueológico de Foucault sobre o discurso operou um deslocamento do signo para o discurso-enunciativo.

A tríade discurso, signo e enunciado abriu um campo arqueológico de possibilidades investigativas em vários campos do saber. Como uma metodologia de investigação, a AAD tem sido aplicada em muitas situações na área de educação (Alcantara, 2016), mas de forma singular. Entendemos que a perspectiva foucautiana é apenas um entre os muitos possíveis caminhos de investigação dos objetos discursivos-enunciativos e imagéticos-visuais. Nem melhor, nem pior. Contudo, o pesquisador que decida usar essa abordagem metodológica para conduzir sua pesquisa deve se certificar que ela se adequa ao seu objeto de estudo, ser capaz de justificar a razão pela qual ela foi escolhida e permanecer consistente em sua aplicação para evitar confusão metodológica, o que pode afetar a credibilidade da pesquisa.

A despeito dos artefatos visuais, arrematamos que eles abrem novas possibilidades de desenvolver pesquisas na área de educação e dos Estudos Culturais da Educação. Contudo, o objeto que interessa a arqueologia no que se refere à linguagem é a camada específica do discurso-enunciado. Portanto, ao adotar a arqueologia foucaultiana como perspectiva teórico-metodológica para condução de uma pesquisa que trata de artefatos visuais, em geral, e da imagem visual, em particular, o objeto de pesquisa desse estudo será o discurso sobre a imagem visual. Ou seja, busca-se descrever arqueologicamente os discursos-enunciados que atravessam e constituem este artefato em determinada época, deixando emergir as suas regularidades e dispersões.

Por fim, essa forma específica de se debruçar sobre o discurso e a imagem visual, amparada pela Análise Arqueológica do Discurso, conduz a outras formas de se compreender o fenômeno analisado no campo educação, no geral, e dos Estudos Culturais da Educação, em particular.

Referências

- ALCANTARA, Marcos; CARLOS, Erenildo. Análise arqueológica do discurso: uma alternativa de investigação na educação de jovens e adultos (EJA). *Interseções* (Jundiaí), v. 6, p. 59-73, 2013.
- ALCANTARA, Marcos. A análise arqueológica do discurso na produção do grupo de estudos e pesquisas em educação de jovens e adultos: políticas, práticas e discursos no cenário brasileiro (GEPEJA). *Revista Discurso & Imagem Visual em Educação - RDIVE*, v. 1, n. 2, p. 60-81, 2016.
- AZEVEDO, Sara. Formação discursiva e discurso em Michel Foucault. *Filogenese*, v. 6, n. 2, 2013.
- BARTHES, Roland. *The language of fashion*. London: Bloomsbury Publishing, 2013.
- BARTHES, Roland. *Inéditos. Imagem e moda – Volume 3*. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, p. 65-81, 2005.
- CARLOS, Erenildo. Sobre o uso pedagógico da imagem fílmica na escola. *ETD – Educação Temática Digital*, v. 19, p. 550-569, 2017.
- CARLOS, Erenildo. Escavações discursivas sobre a imagem visual em Ação cultural para a liberdade. *Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos*, v. 6, p. 9-25, 2018.
- CRIMP, Douglas. Estudos culturais, cultura visual. *Revista USP*, São Paulo, n. 40, p. 78-85, dez.- fev., 1998-99.
- DONDIS, Donis. *Sintaxe da linguagem visual*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FOUCAULT, Michael. *The Archaeology of knowledge and the discourse on language*. New York: Pantheon Books, 1972.
- FOUCAULT, Michael. *As palavras e as coisas*. Trad. Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michael. Saber e ciência. In: FOUCAULT, M. *A arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 199-219, 2008.
- MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- MANGHANI, Sunil, PIPER, Arthur; SIMONS, Jonas. *Images: a reader*. London: Sage Publications, 2006.

MELO, Maria. A Teoria da Análise do Discurso: a arqueologia em escavação. Revista COCAR (Online), v. 13, p. 553-576, 2019.

PALOMO, Sandra. Linguagem e linguagens. Eccos Rev. Cient.. UNINOVE, São Paulo, n. 2, v. 3, p. 9-15, 2001.

PHILLIPS, Nelson, HARDY, Cynthia. Discourse analysis: investigating processes of social construction. Qualitative Research Methods, v. 50. London, UK: SAGE Publications, 2002.

SAWYER, Keith. A Discourse on discourse: an archeological history of an intellectual concept. Cultural Studies, v. 16, n. 3, p. 433-456, 2002.

VEIGA-NETO, Alfredo. Michael Foucault e educação: há algo de novo sob o sol? In: VEIGA-NETO, A. Crítica pós-estruturalista e educação. Porto Alegre: Sulina, 1995. p.09-56.

WILLIAMS, Raymond. Keywords: a vocabulary of culture and society. New York, USA: Oxford University Press, 1985.

Submetido em janeiro de 2025

Aceito em agosto de 2025

Publicado em outubro de 2025

